



ANAIS

INSPIRAÇÕES, ESPAÇOS E TEMPOS DA EDUCAÇÃO

XV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE
VI Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE
VIII Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente -SIPD
III Encontro de Utilizadores de Software ATLAS.Ti
Simpósio Centenário Paulo Freire



9.5.35 DISPOSITIVOS DE ACESSIBILIDADE(S) EM MUSEUS DE CIÊNCIAS

Gabriela Sehnem Heck¹⁰³⁹

José Luís Ferraro¹⁰⁴⁰

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de problematizar, por meio de lentes críticas, quais dispositivos garantem a manutenção das formas de acessibilidade em Museus e Ciências, considerando a intersecção entre três dimensões: (I) administrativo-institucional, (II) físico-estrutural e (III) epistêmico-pedagógica. Dentro de cada dimensão, identificamos dispositivos de acessibilidade(s) que potencialmente podem atuar na promoção da inclusão, tendo sido relacionados às seis dimensões da acessibilidade descritas por Sasaki, a saber: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Fundamentado nos pressupostos de Michel Foucault, o termo dispositivo empregado nessa pesquisa é utilizado como referência aos distintos mecanismos institucionais, físicos e administrativos, e estruturas de conhecimento que potencializam e mantêm o exercício do poder dentro do corpo social. Concluímos que os dispositivos identificados fornecem elementos para a compreensão da experiência da acessibilidade e da inclusão em diferentes dimensões. Assim, permitem um esboço de novas/outras práticas inclusivas a partir das formas como podem ser articulados o que também é potente para ensejar um debate sobre a origem das múltiplas formas de exclusão a priori; que deverão ser selecionadas pela ativação das práticas mediadas por estes dispositivos. Por fim, reconhecemos que cabe aos profissionais dos museus – mais especificamente, aos gestores – observar quais desses dispositivos são evidenciados e como, a partir de sua intervenção sobre os mesmos, políticas de acessibilidade e de inclusão podem ser incrementadas considerando as especificidades da realidade de cada museu em suas realidades singulares.

Palavras-chave: Dispositivo. Acessibilidade. Inclusão. Museus de Ciências. Michel Foucault.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho considera a relevância do debate em torno das políticas de inclusão como uma série de ações afirmativas direcionadas a uma parcela da população – que, a partir delas, passa a ter acesso a novas/outras oportunidades. Entendendo os diferentes âmbitos onde a acessibilidade pode ser problematizada, são evidenciadas múltiplas características a ela atribuídas, características estas que, quando significativamente consideradas e atendidas, podem garantir, de maneira mais efetiva, o acesso às pessoas com deficiência. Nesse sentido, aborda-se a necessidade da discussão em torno da temática da acessibilidade, que é cada vez mais candente no nosso país, considerando que, no Brasil, aproximadamente 24% da população brasileira tem alguma deficiência (IBGE, 2010).

¹⁰³⁹ Mestre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, heck.gs@gmail.com.

¹⁰⁴⁰ Doutor, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, jose.luis@pucrs.br.

No escopo da acessibilidade, reconhecemos os Museus de Ciências como aliados à inclusão, visto que são ambientes culturais de educação não formal, atuando sobre aspectos da subjetividade e permitindo a construção de uma identidade coletiva (GOHN, 2006). O Plano Nacional de Museus (PNM) considera esses espaços como “um dos **dispositivos de inclusão social e cidadania**, por meio do [...] fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias **constituídas da diversidade social, étnica e cultural do País**” (PNM, 2003, p. 8, grifo nosso). Além disso, os Museus de Ciências acessíveis são importantes espaços de democratização do conhecimento ao acolher diferentes públicos, “[...] procurando fomentar cada vez mais a interação das pessoas com a memória, a história e a cultura na sociedade” (MACHADO, 2021, p. 334).

Um dos princípios da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) destaca que a educação museal deve compreender um processo de múltiplas dimensões e de planejamento, mantendo um permanente diálogo entre o museu e a sociedade (PNEM, 2017). Assim, entendemos que o trabalho educativo no espaço museal não pode deixar de introduzir novas formas de mediação e comunicação alternativa, ultrapassando os modelos tradicionais para se abrir à elaboração de perspectivas de fruição multissensoriais (IBRAM, 2017).

Para que os Museus de Ciências sejam universalmente acessíveis, Sarraf (2021) defende que eles “[...] devem oferecer pleno acesso aos seus espaços e conteúdo para todos os visitantes, independentemente de suas condições sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas (SARRAF, 2021, p.16). Mas, aplicar medidas efetivas de acessibilidade pressupõe ir além de “[...] um desejo presente no discurso dos gestores dos centros e museus de ciências e se transforme em uma realidade que mude de fato o espaço físico e as estratégias de comunicação e mediação [...]” (SARRAF, 2021, p.17).

Em vista disso, pretendemos problematizar, por meio de lentes críticas, quais dispositivos garantem a manutenção da acessibilidade em Museus e Ciências, considerando a intersecção entre três dimensões: (I) administrativo-institucional, (II) físico-estrutural e (III) epistêmico-pedagógica. Utilizaremos o termo acessibilidade(s) por acreditarmos que a acessibilidade se dá em mais de uma perspectiva e que, por ser tão plural em sua definição, não queremos limitá-la a apenas uma.

Esse trabalho integra uma pesquisa em nível de doutorado em fase inicial, que

está sendo desenvolvida em um Programa de Pós-Graduação em Educação e que dá continuidade a uma investigação realizada em nível de mestrado sobre popularização da ciência em Museus de Ciências voltado à públicos com deficiência. Aqui, não pretendemos criar regras e estipular conceitos prontos, mas sim lançar um olhar sobre os museus a partir de uma lente crítica, principalmente dos estudos foucaultianos, como possibilidade para pensarmos em novas configurações relacionadas ao papel dos museus na sociedade.

2 CONCEITOS INICIAIS

Ao abordarmos o tema da acessibilidade, entramos em um campo muito amplo e complexo de definições e conceitos, importantes para reconhecer e legitimar as estratégias de acessibilidade. Tais estratégias se propõem – mas não se limitam – à identificação e eliminação de obstáculos e barreiras de acesso das pessoas com deficiência a todos os âmbitos da sociedade – edifícios, rodovias, meios de transporte, meios de informações, comunicações e outros serviços (BRASIL, 2009, Art. 9). A causa de uma deficiência pode decorrer de doenças e outras condições de saúde, bem como ser resultado de acidentes, guerras, violência, entre outras, classificadas em três tipos: de natureza física, mental/intelectual e sensorial (BRASIL, 2015; SASSAKI, 2012).

A pessoa que têm alguma dessas condições – ou mais de uma – , ao interagir com barreiras, é impedida de ter pleno acesso a algum dos âmbitos citados. Foram identificadas, pelo menos, dez tipos de barreiras, sendo elas classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, nos transportes, nas comunicações/informações e tecnológicas (BRASIL, 2015), mas também barreiras metodológicas, instrumentais, programáticas e naturais (SASSAKI, 2020). Desse contato – da pessoa com a barreira – resulta a deficiência, que representa uma sequela do impedimento e da falta de acessibilidade e, conseqüentemente, uma incapacidade de usufruir plenamente e sem limitação dos recursos dispostos.

Em outras palavras, Sasaki (2012) define que o ambiente dá origem à causa, causa essa que produz um impedimento no acesso quando em contato com uma barreira; o impedimento, por sua vez, se transforma em deficiência, e a interação da pessoa com deficiência com as barreiras resulta na incapacidade.

O reconhecimento dos tipos de deficiência e das barreiras permite identificar as dimensões da acessibilidade, descritas por Sasaki (2012; 2020), como sendo arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e a natural. Essas dimensões estão presentes em todos os âmbitos da sociedade e, nesse trabalho, serão analisadas nos Museus de Ciências por meio da construção dos dispositivos de acessibilidade(s). A seguir, explicaremos esse conceito e suas interseções com os temas já abordados.

3 DISPOSITIVOS DE ACESSIBILIDADE(S)

O conceito de dispositivo, empregado nessa pesquisa, tem como base epistemológica o termo desenvolvido pelo filósofo francês Michel Foucault, como referência à multiplicidade de mecanismos institucionais, físicos e administrativos e estruturas de conhecimento que potencializam e mantêm o exercício do poder dentro do corpo social. Assim, pretende-se identificar quais são esses dispositivos que definem possibilidades para acessibilidade, com foco nos Museus de Ciências, bem como descrever como são colocados em prática, convertendo-se em operadores de um poder específico que se materializa por meio das políticas de acessibilidade no interior de uma economia de in/exclusão.

A partir das lentes de Foucault, os dispositivos de acessibilidade(s) são definidos como as ações e atitudes práticas no interior de políticas que atuam para a promoção de acessibilidades. Assim, os dispositivos de acessibilidade(s) podem ser “[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2011, p.138), desde que consigam mobilizar ações afirmativas de acessibilidade.

Ao debruçarmo-nos sobre a estrutura organizacional dos Museus de Ciências, identificamos três dimensões de acessibilidade dentro dessas instituições, que foram divididas em: administrativo-institucional, físico-estrutural e epistêmico-pedagógica. Para cada dimensão, descrevemos os dispositivos identificados e que, potencialmente, podem ser considerados como operadores materiais de poder decisivo na promoção de formas de acessibilidade nos espaços museais. A seguir apresentamos nossos resultados.

3.1 Dimensão administrativo-institucional

Nessa dimensão, identificamos os dispositivos administrativo-institucionais, ou seja, aqueles que materializam a relação dos museus com os dispositivos jurídico-legais de acessibilidade no Brasil; sendo, portanto, normativos. Esses dispositivos dialogam com a dimensão programática de acessibilidade (SASSAKI, 2020), pois representa a ausência de barreiras imbricadas em políticas (como leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, regulamentos etc.) e também com a dimensão atitudinal, ao pensar em medidas para reduzir comportamentos sociais carregados de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização e da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho (SASSAKI, 2020).

Identificamos como dispositivos administrativos-institucionais, nos Museus de Ciências, as políticas institucionais internas de acessibilidade, desenvolvidas pelas instituições para promover o acesso nas mais diversas dimensões. Essas políticas podem estimular a realização de atividades de capacitação de funcionários para o atendimento da pessoa com deficiência e da gestão e organização interna de pessoas e equipes para um atendimento acessível. Nessa relação administrativo-institucional, também reconhecemos como dispositivos de acessibilidade as ações de divulgação de exposições e eventos para o público externo, por meio de canais de relacionamento, a disponibilização de aplicativos de agendamento de visitação e a utilização de site e redes sociais para divulgação do Museu.

Também é possível reconhecer como dispositivo de acessibilidade, nesse âmbito, as relações interinstitucionais, ou seja, aquela relação do museu com outras instituições: escolas, ongs, asilos, universidades, fase etc. Esse tipo de relação propicia o compartilhamento de informações entre os diferentes espaços e pode representar uma oportunidade para debate e discussão sobre medidas de acessibilidade.

3.2 Dimensão físico-estrutural

Essa dimensão aborda os dispositivos físico-estruturais que tem o objetivo de reduzir as barreiras por meio de ações práticas nos espaços. Assim, identificamos

como dispositivos as adaptações e/ou modificações espaciais (arquitetônicas ou de experimentos) adotadas nos espaços para permitir o acesso físico, as adaptações e/ou modificações nas exposições para a acessibilidade comunicacional (uso de braile, audiodescrição, legenda, tradução em Libras, o projeto museográfico e a museografia que dele deriva – formas, tamanhos, projeto luminotécnico, etc) e o planejamento de experimentos e distribuição dos mesmos no espaço museal, considerando uma perspectiva inclusiva.

Esses dispositivos se inserem na dimensões arquitetônica da acessibilidade, que representa um combate a barreiras ambientais físicas, da dimensão instrumental, que reduz barreiras nos instrumentos, ferramentas e utensílios que podem ser utilizados por pessoas com deficiência, e na dimensão comunicacional, ao promover o acesso à comunicação interpessoal, na comunicação escrita, incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas, e na comunicação virtual (acessibilidade digital) (SASSAKI, 2020).

Esses aspectos se relacionam intimamente com os princípios do Desenho Universal, ou seja, “a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, até onde for possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico” (BRASIL, 2007, p. 17). Dentro dos sete princípios está o uso equitativo (igualitário), o uso flexível (adaptável), o uso simples e intuitivo (óbvio), a presença de informação de fácil percepção (conhecido), a tolerância ao erro (tornar seguro), o baixo esforço físico (sem esforço) e a consideração da dimensão e espaço para aproximação e uso (abrangência) dos produtos (BRASIL, 2015). Esses sete princípios tentam assegurar uma circulação inclusiva a todos os espaços que são frequentados por qualquer pessoa. Se a acessibilidade for projetada sob os princípios do desenho universal, “ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência” (SASSAKI, 2009, p. 2)

3.3 Dimensão epistêmico-pedagógica

A terceira dimensão identificada considera os dispositivos epistemológicos e pedagógicos postos em ação para reduzir as barreiras e ampliar o acesso e democratização do conhecimento. Foram consideradas ações de socialização do

conhecimento e popularização da ciência, de capacitação de profissionais cuja ênfase seja iminentemente pedagógica (ex. mediação e funcionários) e atividades de formação com professores da educação básica, que são reflexo da dimensão atitudinal, com relação aos comportamentos e atitudes dos funcionários, e a dimensão metodológica da acessibilidade, que corresponde a ausência de barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho e educação (SASSAKI, 2020).

A promoção de atividades interdisciplinares também faz parte dessa dimensão ao serem pensadas para os mais diversos públicos, a partir de ações de acessibilidade, como a transposição didática (ou seja, “facilitar” a compreensão de conceitos científicos), ações de alfabetização e letramento científicos, o uso de exposições multilíngues (versões de textos da exposição). Na promoção da acessibilidade, “ações interdisciplinares favorecem a produção das atividades culturais em todas as etapas, incluindo elementos para atender a demanda de pessoas com deficiência e outras condições limitantes” (SOUZA, 2021).

Ações de inclusão epistêmico-pedagógicas também podem incluir a promoção de interação em sites e redes sociais do museu, promovendo a divulgação do conhecimento produzido nesses espaços para os mais diversos públicos, e a divulgação de pesquisa científica, resultado da produção de conhecimento dentro dos programas de pós-graduação das universidades vinculadas à museus. Essas ações, quando pensadas para a inclusão, possuem alto potencial didático e oferecem um leque de possibilidades para ações pedagógicas inclusivas nesses espaços, além de promover a divulgação e popularização da ciência para diferentes públicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, empreendemos uma discussão que tentou aproximar o campo da acessibilidade em museus à perspectiva crítica, abordando os dispositivos de acessibilidade que identificamos em Museus de Ciências. Essa discussão representa um passo inicial – como incursão exploratória ao campo – de uma investigação que pretende identificar os dispositivos de acessibilidade(s) em diferentes museus. Assim, a partir de uma abordagem teórico-crítica, o (re)conhecimento dos dispositivos de acessibilidade(s) se torna útil para que se possam esboçar novas/outras práticas inclusivas, o que também é potente para ensejar um debate sobre a origem das

múltiplas formas de exclusão a priori; que deverão ser selecionadas pela ativação das práticas mediadas por estes dispositivos.

Porém, para identificar esses dispositivos, consideramos que um passo importante seria definir o que queremos dizer com esse conceito e como pretendemos utilizá-lo nas pesquisas. Em nossa primeira insinuação sobre o tema, consideramos tais dispositivos como aqueles úteis à promoção da acessibilidade e mais: como aquilo que está investido de um poder no interior dos museus; um poder capaz de definir formas de inclusão possíveis e que é capaz de mobilizar e encadear os elementos necessários para que se garanta a acessibilidade do público. Em certa medida, o dispositivo é sempre um definidor que estipula critérios de operacionalização da acessibilidade – e, por extensão – da inclusão no espaço museal.

Em outra instância de análise, mas também a partir da leitura de Foucault, poderíamos afirmar que esses dispositivos são de ordem de uma governamentalidade biopolítica (FOUCAULT, 2008a; 2008b). Primeiro porque definem formas de conduta que se convertem em práticas e políticas institucionais relacionadas a acessibilidade e a inclusão nos museus. Em segundo lugar porque, ao atuarem dessa maneira, inscrevem-se em uma dimensão biopolítica ao produzirem formas de definição e de compreensão da acessibilidade e da inclusão que atribuem um sentido específico à experiência museal e definem para ela não uma fenomenologia como atribuição de um sentido comum desta experiência, mas ao contrário, da singularidade. Logo, em certa medida é a operacionalização dos dispositivos que contribui para a produção de uma ético-estético-política específica para cada museu.

Ao olharmos para o museu como um ecossistema de relações, podemos percebê-lo como um espaço de relações sociais bem definidas. Assim, os acontecimentos no interior dos museus constituem o que nos referimos como a experiência museal. Nesse sentido, os dispositivos de acessibilidade nos fornecem elementos para a compreensão da experiência da acessibilidade e da inclusão em diferentes dimensões que em seu interior fazem funcionar diferentes dispositivos que tomados em seu conjunto são homônimos das categorias às quais se inserem.

Considerando as dimensões estabelecidas anteriormente e supracitadas no texto, entendemos que para uma experiência de acessibilidade e de inclusão potente em contextos museais, as mesmas devem estar articuladas a partir do funcionamento, da colocação em prática, de seus dispositivos. Cabe aos profissionais dos museus –

especificamente, aos gestores observar quais desses dispositivos são evidenciados e como, a partir de sua intervenção sobre os mesmos, políticas de acessibilidade e de inclusão podem ser incrementadas considerando as especificidades da realidade de cada museu em suas realidades singulares

Para além de identificar os dispositivos, o desafio que se impõe é o de descortinar as possibilidades para o seu encadeamento; antes, ainda, explorar meios de máximo rendimento para cada um deles; tensioná-los em suas relações para se necessário, hierarquizá-los, classificá-los para que se possam auxiliar em novos desenhos de processos e fluxos em cada uma das diferentes dimensões em se inserem e que dependem de seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/Convencao_Comentada.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao__pessoa__deficiencia.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 29. Ed. Reimpressão. Rio de Janeiro: Graal. 2011.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Pelo menos uma das deficiências investigadas, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3425#resultado>. Acesso em: 18 jul. 2021.

IBRAM. **Política Nacional de Educação Museal**. 2017. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Museal.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

PNM. **Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania**. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

SARRAF, V. P. Conceitos e diretrizes para o desenvolvimento de acessibilidade em museus de ciências, a concepção do Cité des Sciences et de l'Industrie, em Paris, e o projeto inaugural da Estação Ciência para inspirar novas práticas. In: NORBERTO-ROCHA, J. et al. **Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj/Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), 2021. Disponível em: https://grupomccac.org/wp-content/uploads/2021/03/LivroAcessibilidadeEmMuseusDeCiencias_v2021-03-30b.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, mar./abr., 2009. Disponível em: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 18 jul. 2021.

SASSAKI, R. K. **A construção da acessibilidade**. In: 1º Seminário de Saúde e Segurança do Trabalhador com Deficiência na Indústria da Construção Pesada, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15563160-Romeu-sassaki-romeukf-uol-com-br.html>. Acesso em: 18 jul. 2021

SASSAKI, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Lavratus Prodeo, 2020.

SOUZA, V. L. V. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência intelectual. In: In: NORBERTO-ROCHA, J. et al. **Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj/Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), 2021. Disponível em: https://grupomccac.org/wp-content/uploads/2021/03/LivroAcessibilidadeEmMuseusDeCiencias_v2021-03-30b.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.